



Implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos na Bacia dos Rios Preto e Paraíba



Implantação do Plano Diretor de Recursos Hídricos na Bacia dos Rios Preto e Paraibuna

Exercício 2017



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA

Presidente

Matheus Machado Cremonese - ONG PREA

Vice-Presidente

Maurício Boaventura Bernardo - Prefeitura Municipal de Belmiro Braga

Secretário Executivo

Helder Alves de Souza - Secretaria de Estado de Saúde

Secretária Adjunta

Luiza Cortat - FIEMG

Órgão Gestor



Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretoria Geral

Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida

Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Danilo Cezar Torres Chaves

Gerência de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GECOB

Michael Jacks de Assunção

Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas - GECBH

Clarissa Bastos Dantas

Entidade Equiparada



**Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia
Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP**

Conselho de Administração

Presidente

Jaime Teixeira Azulay

Conselheiros

Evandro Rodrigues de Britto

Lúcio Henrique Bandeira

Gilberto Fugimoto de Andrade

Adelfran Lacerda de Matos

Conselho Fiscal

Presidente

Nazem Nascimento

Conselheiros

Sinval Ferreira da Silva

Sandro Rosa Corrêa

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

André Luis de Paula Marques

Diretora de Relações Institucionais

Aline Raquel de Alvarenga

Diretora de Recursos Hídricos

Juliana Gonçalves Fernandes

Diretora Administrativa Financeira

Aline Raquel de Alvarenga

Equipe AGEVAP

Diretoria Administrativo-Financeira

Rejane Monteiro da Silva Pedra, Giovana Cândido Chagas, Isabel Cristina Gomes Moreira, Thaís Souto do Nascimento, Camila Borges Pinto, Horácio Rezende Alves, Paula da Rocha Eloy, Diego Chagas dos Santos, Simone Moreira Rodrigues Domiciano, Leonardo Pires Monteiro da Silva, Gisele Sampaio da Cunha Correia, Márcia Simone Braz Nakashima, Laura Amaral de Andréa Pinheiro de Carvalho, Mariane Alves Santos, Lucas Jacomassi Machado, Vivian da Silva Roberty, Fabíola dos Santos Anacleto, Letícia Rocha Maciel e Hallan Silva Abreu.

Diretoria de Recursos Hídricos

Núcleo CEIVAP

Sede

Ana de Castro e Costa, Marina Mendonça Costa de Assis, Ronald Souza Miranda, Monique Saliba Oliveira e Lucas Pereira de Almeida.

Núcleo CBHs

Sede

Tatiana Oliveira Ferraz, Gabriel de Paiva Agostinho, Raissa Bahia Guedes e Gabriela de Oliveira.

Unidade Descentralizada 1 – Volta Redonda

Roberta Coelho Machado, Leonardo Guedes Barbosa, Paulo Eugênio Barros Raulino dos Santos, Marília de Fátima Mansur Rodrigues e Felipe Rodrigues Costa.

Unidade Descentralizada 2 – Petrópolis

Victor Machado Montes, David de Andrade Costa, Caroline Gomes dos Santos e Letícia Esteves Guimarães

Unidade Descentralizada 3 – Nova Friburgo

André Bohrer Marques, Ramon Porto Mota Junior, Willian de Santana Teixeira, Filhippe da Silva Mattos Pereira e Mariah Batista do Nascimento.

Unidade Descentralizada 4 – Campos dos Goytacazes

Thais Nacif de Souza, Amaro Sales Pinto Neto, Mirian Viana Alves e Fabiana Melo.

Núcleo Guandu

Sede

Nathália dos Santos Costa Vilela, Daiana Souza Gelelete, e Jéssica Freitas da Silva

Unidade Descentralizada 6 – Seropédica

Fátima do Carmo Silva Rocha, Caroline Lopes Santos, Gustavo Sá Wildhagen, Gabriela Miranda Teixeira, Priscila Triani Lemos, Caroline Feijó Souza e Silva e Laura Cristina Pantaleão.

Diretoria de Relações Institucionais

Júlio César da Silva Ferreira, Daiane Alves dos Santos, Marcelo Rodrigo Avelar Bastos Alves, Raíssa Caroline Galdino da Silva, Gabriela Souza Andrade, Marcella Toledo Campos e Gabrielle de Castro Celestino.

Núcleo Preto / Paraibuna e COMPÉ

Edi Meri Aguiar Fortes, Ingrid Delgado Ferreira e Nicolý Rodrigues Bis da Silva

Escola de Projetos CEIVAP

Alexandre de Andrade Cid, Kleiton Kássio Ferreira Gomes, André Abrahão da Silva, Bruno Valentim Retrão e Flávio Augusto Monteiro Santos, Carolina Alves Marques, Guilherme Mardegan Torregrossa, Janaína Aparecida da Silva, Maura Ramos Linhares, Túlio Pinheiro Porto, Diego de Souza Gemelle Leal, Flávia Ferraz, Giulia Mieko Menegussi Nakano, Carlos Alberto Silvestre, Daniel A M Guimarães, Gabriela Carvalho de Oliveira e Priscila Veja Andrade.

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.1 AGEVAP – Associação de Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	12
1.2 Informações Básicas da Bacia do Rio Paraíba do Sul	14
1.3 CEIVAP – Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	15
1.4 Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP (PS1)	18
2. PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	21
2.1 Descrição	21
2.2 Plano de Investimento na Bacia	22
2.3 Caderno de Ações 3 – Área de Atuação do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna – PP (PS1)	24
2.4 Plano de Investimentos para a Região Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna	26
3. INVESTIMENTOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA	29
3.1 Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – Preto e Paraibuna	29
3.2 Recursos de Outras Fontes – CEIVAP	29
3.2.1 Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB	30
3.2.2 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS	32
3.2.3 Finalização do Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira	36
3.2.4 PROTRATAR	39
3.3 Histórico de Investimentos com Recursos de Outras Fontes – CEIVAP..	41
3.3.1 Programas Relacionados ao Saneamento Básico	41
3.3.2 Programas Relacionados a Gestão dos Resíduos Sólidos	45
3.4 Outros Investimentos	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Municípios integrantes da Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna – PP	20
Tabela 2	Última atualização do PPA do Preto e Paraibuna – PP	28
Tabela 3	Dados referentes aos PMSB dos municípios do COMPÉ e PP – 2017	32
Tabela 4	Dados referentes aos PMGIRS dos municípios do COMPÉ e PP – 2017	34
Tabela 5	Dados referentes aos PMGIRS dos municípios do COMPÉ e PP em fase de contratação	36
Tabela 6	Dados referentes ao Plano de Manejo da Serra da Mantiqueira dos municípios do PP em – 2017	38
Tabela 7	Dados referentes aos municípios do COMPÉ e do PP selecionados pelo PROTRATAR – 2017	40
Tabela 8	Dados referentes aos PMSB dos municípios do COMPÉ e PP entre 2013 e 2015	43
Tabela 9	Dados referentes aos projetos de SES dos municípios do COMPÉ e PP entre 2013 e 2015	44
Tabela 10	Dados referentes ao projeto de ETE do município de Muriaé (COMPÉ) – 2013	45
Tabela 11	Dados referentes aos PMGIRS dos municípios do COMPÉ e PP – 2015	47
Tabela 12	Dados referentes à UTC do município de Maripá de Minas (PP) – 2014	48
Tabela 13	Dados referentes à implantação de Aterro Sanitário no município de Muriaé (COMPÉ) – 2014	48
Tabela 14	Histórico de Investimentos dos Recursos Oriundos do Orçamento Geral da União – OGU nos municípios do PP e do COMPÉ	48
Tabela 15	Recursos CEIVAP investidos nos Comitês Mineiros – 2017	52
Tabela 16	Recursos CEIVAP investidos nos Comitês Mineiros – Histórico de Investimentos	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sistema Nacional de Recursos Hídricos	16
Figura 2	Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Delimitação dos Comitês	17
Figura 3	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP	19
Figura 4	Municípios do COMPÉ e PP com PMSB finalizados – 2017	32
Figura 5	Municípios do COMPÉ e PP com PMGIRS em andamento – 2017.	34
Figura 6	Municípios do COMPÉ e PP com PMGIRS em fase de contratação – 2017	35
Figura 7	Municípios do PP com o Plano de Manejo da Serra Mantiqueira em andamento – 2017	38
Figura 8	Municípios do COMPÉ e PP selecionados pelo PROTRATAR	40
Figura 9	Municípios do COMPÉ e PP com projetos finalizados entre 2013 e 2015	43
Figura 10	Municípios do COMPÉ e PP com projetos finalizados entre 2014 e 2015	47

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 AGEVAP – Associação de Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Criada em 20 de junho de 2002, a AGEVAP foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva do CEIVAP, desenvolvendo funções definidas no Artigo 44 da Lei Federal nº 9.433/1997, que trata das competências das chamadas Agências de Água, ou Agências de Bacia, como são mais conhecidas.

A partir da edição da Medida Provisória nº 165/2004, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.881/2004, a AGEVAP pôde, por meio do estabelecimento de Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA, assumir as funções de uma Agência de Bacia, que são, essencialmente, receber os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia e investi-los segundo o plano de investimentos aprovado pelo Comitê da Bacia.

Em função do disposto na Resolução nº 167, de 23 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, a AGEVAP teve o prazo da delegação de competência para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul prorrogado para 30 de junho de 2026.

Atualmente, a AGEVAP mantém além do Contrato de Gestão nº 14/04 com a ANA para atendimento ao CEIVAP, outros quatro contratos com os órgãos gestores estaduais e isto facilita de sobremaneira a gestão integrada dos recursos hídricos e principalmente para a implantação de um programa de educação ambiental integrado.

Contratos de Gestão

O primeiro Contrato de Gestão foi assinado em 2004, com a ANA para atendimento ao CEIVAP; o segundo, em 2010, com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA para exercer a função de Agência de Bacia de quatro comitês afluentes fluminenses do rio Paraíba do Sul (CBH Médio Paraíba do Sul, CBH Piabanha, CBH Rio Dois Rios e CBH Baixo Paraíba do Sul); o terceiro, em 2010, com o INEA, para atuar junto ao

CBH Guandu; o quarto, em 2014, com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM para atuar junto ao CBH dos rios Preto e Paraibuna – PS1 e o quinto, em 2014, com o IGAM, para atuar junto ao CBH dos rios Pomba e Muriaé – PS2.

A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujos associados compõem sua Assembleia Geral. Ela é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral e a Diretoria Executiva é formada por cinco Diretores, sendo um Diretor-Executivo, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Recursos Hídricos, um Diretor de Planejamento Estratégico e uma Diretora de Relações Institucionais.

São funções da AGEVAP:

I - dar apoio técnico e operacional à gestão dos recursos hídricos na sua área de atuação, promovendo o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas e projetos de acordo com os planos de recursos hídricos;

II - apoiar técnica, administrativa e operacionalmente os órgãos e entidades, públicas ou privadas, relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos na sua área de atuação, visando gestão integrada, descentralizada e participativa;

III - incentivar o uso racional e múltiplo dos recursos hídricos;

VI - elaborar estudos, pesquisas e identificar tecnologias que visem contribuir para melhoria das condições de saneamento, redução da poluição, conservação e recuperação do solo e da flora, controle da erosão, racionalização do uso da água e demais ações que propiciem melhores condições de qualidade e quantidade dos recursos hídricos, em prol da melhoria da qualidade de vida da população em sua área de atuação;

V - desenvolver programas de educação ambiental e promover, produzir e divulgar informações e conhecimentos, técnicos e científicos, relacionados à conservação e à recuperação dos recursos hídricos; e

VI - apoiar tecnicamente o poder público, usuários e sociedade civil da sua área de atuação na preparação e implementação de ações previstas nos planos de recursos

hídricos, inclusive na prevenção de calamidades públicas ocasionadas por eventos hidrológicos críticos (enchentes e secas), de origem natural, decorrentes do uso inadequado dos recursos hídricos ou agravados pelo uso inadequado do solo.

A sede da AGEVAP está localizada em Resende/RJ e a Associação possui, atualmente, mais 06 (seis) Unidades Descentralizadas – UD's localizadas nos municípios de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes e Seropédica no estado do Rio de Janeiro e Juiz de Fora no estado de Minas Gerais.

1.2 Informações Básicas da Bacia do Rio Paraíba do Sul

A bacia do rio Paraíba do Sul possui área de drenagem com mais de 60.000 km², compreendida entre os paralelos 20°26' e 23°00' e os meridianos 41°00' e 46°30' oeste de Greenwich.

A bacia estende-se pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É limitada ao norte pelas bacias dos rios Grande e Doce e pelas serras da Mantiqueira, Caparaó e Santo Eduardo. Ao nordeste, a bacia do rio Itabapoana estabelece o limite da bacia. Ao sul, o limite é formado pela Serra dos Órgãos e pelos trechos paulista e fluminense da Serra do Mar. A oeste, pela bacia do rio Tietê, da qual é separada por meio de diversas ramificações dos maciços da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira.

O rio Paraíba do Sul é formado pela união dos rios Paraibuna e Paraitinga e o seu comprimento, calculado a partir da nascente do Paraitinga, é de mais de 1.100 km.

Entre os principais formadores da margem esquerda destacam-se os rios Paraibuna mineiro, Pomba e Muriaé. Na margem direita, os afluentes mais representativos são os rios Piraí, Piabanha e Dois Rios.

A bacia do Paraíba do Sul drena uma das regiões mais desenvolvidas do país, abrangendo parte do estado de São Paulo, na região conhecida como Vale do Paraíba Paulista, parte do estado de Minas Gerais, denominada Zona da Mata Mineira e metade do estado do Rio de Janeiro. Em toda essa extensão, há 184

municípios, sendo 39 localizados em São Paulo, 57 no Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais, com território total ou parcialmente inseridos nos limites da bacia.

A população total da bacia, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é de 8.502.181 habitantes, sendo que, desses, 2.857.916 vivem no estado do Rio de Janeiro, 1.627.828 em Minas Gerais e 4.016.437 em São Paulo.

1.3 CEIVAP – Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

O CEIVAP foi criado pelo Decreto Federal nº 1842, de 22/03/96. Em 01/10/08 sua nomenclatura e área de atuação foram alteradas pelo Decreto Federal nº 6.591.

O CEIVAP possui Sede e Foro na cidade de Resende (RJ) e jurisdição no âmbito da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua área abrange 184 municípios.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos, instituído pelas Leis Federais nº. 9.433/97 e 9.984/00, introduziu novos atores no cenário institucional brasileiro, no contexto da gestão dos recursos hídricos: os Comitês de Bacia - Fóruns democráticos para os debates e decisões sobre as questões relacionadas ao uso das águas da bacia, as Agências de Bacia – Braço executivo do Comitê ou mais de um Comitê, que recebe e aplica os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia, e, na jurisdição pública federal, a Agência Nacional de Águas, autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, que assume as funções de órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União, anteriormente exercida pela Secretaria de Recursos Hídricos do MMA.

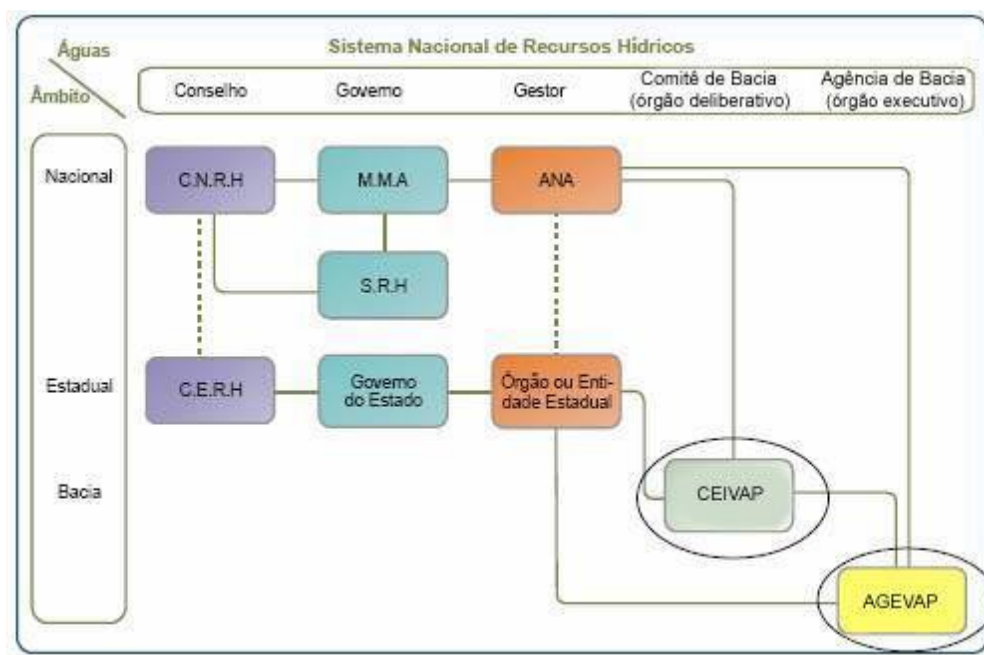


Figura 1. Sistema Nacional de Recursos Hídricos

Fonte: Acervo AGEVAP, 2017

A partir da alteração realizada pelo Decreto Federal nº 6.591, de 01 de outubro de 2008, o CEIVAP passou a ser denominado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, tendo 4 municípios incluídos na bacia, somando, assim, 184 cidades nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Comitê é formado por 60 membros, sendo três da União e 19 de cada estado (SP, RJ e MG) da bacia do Paraíba do Sul, com a seguinte composição:

- 40% de representantes dos usuários de água (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo lazer);
- 35% do poder público (União, governos estaduais e prefeituras) e;
- 25% de organizações civis.

Seus membros são eleitos em fóruns democráticos, nas diversas regiões que compõem a bacia.

São atribuições do CEIVAP:

- Definir as metas de qualidade (enquadramento) para as águas dos rios da bacia;

- Propor diretrizes para a outorga de direito de uso da água – permissão legal obrigatória para o uso – captação, consumo ou diluição - das águas da bacia concedida pelo poder público;
- Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul e acompanhar sua execução;
- Acompanhar e direcionar as ações da AGEVAP, que é a figura jurídica e o braço executivo do CEIVAP;
- Aprovar e acompanhar a execução da cobrança pelo uso da água, cujos critérios e valores a serem cobrados foram aprovados pelo plenário do CEIVAP, consubstanciados na Deliberação CEIVAP nº 08/2001.
- Decidir onde aplicar os recursos arrecadados.

A Secretaria Executiva do CEIVAP, hoje exercida pela Agência da Bacia – AGEVAP – garante os meios para seu funcionamento e coloca em prática suas decisões.

O CEIVAP integra atualmente sete comitês de bacias afluentes que atuam na área de abrangência da Bacia do Rio Paraíba do Sul como mostrado na Figura 2:



Figura 2. Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Delimitação dos Comitês

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2017 / IBGE, 2016

Divisão dos Comitês

- Estado de São Paulo

Comitê do Paraíba do Sul – Trecho Paulista

- Estado de Minas Gerais

Comitê dos Rios Preto e Paraibuna

Comitê dos Rios Pomba e Muriaé - COMPÉ

- Estado do Rio de Janeiro

Comitê do Médio Paraíba do Sul

Comitê Piabanha

Comitê Rio Dois Rios

Comitê do Baixo Paraíba do Sul

1.4 Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP (PS1)

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna foi instituído pelo Decreto Estadual nº44.199, de 29 de dezembro de 2005 e instalado em 18/08/2006.

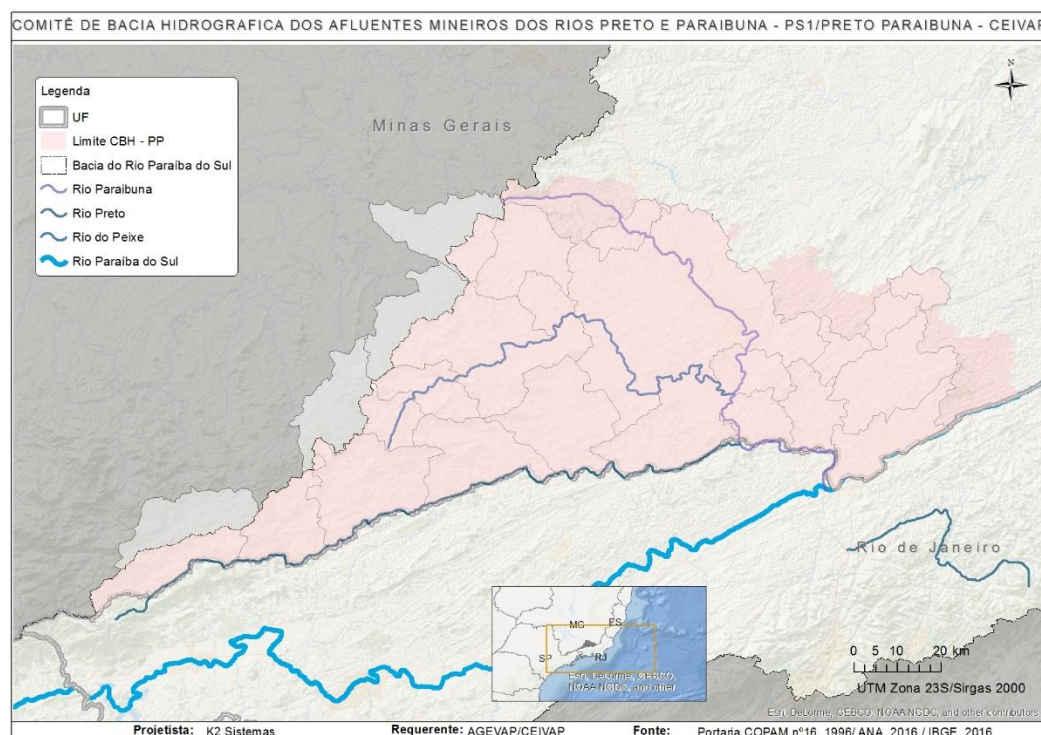


Figura 3. Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP

Fonte: Portaria COPAM nº16, 1996 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Em 19 de novembro de 2014, o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM e a Associação de Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, entidade equiparada, com anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Preto e Paraibuna, firmaram entre si o contrato de gestão 001/2014, para o exercício de funções de Agência de Água.

Em maio de 2017 foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de gestão nº 001/2014 com a aprovação do Plano Plurianual de Aplicação – PPA, que consiste no instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água no período de 2015 a 2019.

Atualmente o comitê é composto por 24 membros titulares, sendo 6 representantes do Poder Público Estadual, 6 representantes do Poder Público Municipal, 6 representantes da sociedade civil e 6 representantes dos usuários de águas.

Sua área de atuação é a bacia formada pelos afluentes mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, abrangendo, ao todo, 30 municípios listados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Municípios integrantes do Preto e Paraibuna – PP

Municípios Integrantes do CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP	
Além Paraíba	Maripá de Minas
Antônio Carlos	Matias Barbosa
Belmiro Braga	Olaria
Bias Fortes	Passa Vinte
Bicas	Pedro Teixeira
Bocaina de Minas	Pequeri
Bom Jardim de Minas	Rio Preto
Chácara	Santa Bárbara do Monte Verde
Chador	Santa Rita do Ibitipoca
Coronel Pacheco	Santa Rita do Jacutinga
Ewbank da Câmara	Santana do Deserto
Guarará	Santo Antônio do Aventureiro
Juiz de Fora	Santos Dumont
Lima Duarte	Senador Cortes
Mar de Espanha	Simão Pereira

2. PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

2.1 Descrição

Assume-se que os Planos de Recursos Hídricos – PRH consistem em um documento estratégico de gestão que auxilia nos processos decisórios e na atuação sobre os rumos da gestão de recursos hídricos na bacia, de forma articulada com Comitês de Bacias Hidrográficas Afluentes – CBHs Afluentes.

Inicialmente, a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul foi realizada pelo Laboratório de Hidrologia e Estudos do Meio Ambiente da COPPE/UFRJ, por solicitação da Agência Nacional de Águas - ANA, visando atender à Deliberação nº 08, de 06 de dezembro de 2001 do CEIVAP que, em seu art. 1º, Parágrafo Primeiro, Inciso I, condiciona o início da cobrança pelo uso da água à *“aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, formatado com base nos Programas Estaduais de Investimentos do Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica e no Programa Inicial de Investimento aprovado pela Deliberação nº 05/2001”*.

Quando do desenvolvimento dos trabalhos contratados, foi acordado com a AGEVAP, que além da elaboração do resumo do Plano de Recursos Hídricos atualizado, seria feita a preparação de “Cadernos” específicos para cada uma das 9 sub-bacias ou trechos do Paraíba do Sul definidos no Plano.

Posteriormente, como a área de abrangência de cada um dos “Cadernos” muitas vezes envolvia dois ou mais comitês de bacia ou outros organismos de gestão já instalados, a AGEVAP, buscando atender aos anseios desses comitês e organismos determinou que os “Cadernos de Ações” fossem reestruturados tendo suas áreas territoriais de abrangência definidas segundo as áreas de abrangência de cada um dos organismos de bacia, e não mais obedecendo, necessariamente, a uma lógica hidrográfica.

O Plano de Recursos Hídricos, aprovado pelo CEIVAP, apresenta o diagnóstico da bacia e indica as ações necessárias para sua recuperação, a serem implementadas com recursos da cobrança pelo uso da água.

Em 06 de março de 2006, a AGEVAP celebrou contrato com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - Fundação COPPETEC, para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (2007-2010). Tratando-se da atualização do Plano elaborado anteriormente, para o período de 2002 a 2006.

E em atendimento ao 13º Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 14/2004, em 26 de novembro de 2012, a AGEVAP celebrou o Contrato nº 021/2012 com a empresa COHIDRO – Consultoria, Estudos e Projetos, para a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - PIRH e Planos de Ação de Recursos Hídricos - PARH, visando à atualização do Plano elaborado anteriormente para o período de 2007 a 2010.

O contrato AGEVAP nº 021/2012 foi encerrado em 2016 sem a finalização total do plano, sendo assim, faz-se necessária sua complementação.

Para a finalização da atualização e aperfeiçoamento do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - PIRH e Planos de Ação de Recursos Hídricos – PARH iniciado pela COHIDRO em 2012 a AGEVAP está em fase de contratação de uma nova empresa através do Ato Convocatório nº 21/2017.

Esses planos, como instrumentos de gestão, permitirão o planejamento contínuo e dinâmico, numa visão de longo prazo, definido em cenários, de forma a induzir uma gestão articulada do uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

2.2 Plano de Investimento na Bacia

Além dos diagnósticos e alguns estudos específicos, o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul compreende um plano de investimentos para um horizonte de 14 anos - período de 2007 a 2020 – contemplando diversas ações, organizadas em 35 programas agrupados em 7 subcomponentes, que por sua vez estão agrupados em 3 componentes

O Plano de Investimentos para a bacia do Paraíba do Sul foi desenvolvido para reverter a tendência de agravamento das condições ambientais e de redução quali-

quantitativa da disponibilidade hídrica no período 2007 – 2020 e apresenta a seguinte estrutura temática:

COMPONENTE 1		GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS
SUB COMPONENTE 1.1		PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS
PROGRAMAS	1.1.1	Planejamento local para recuperação ambiental - área de influência de transposição das vazões do rio Paraíba do Sul para o Sistema Light
	1.1.2	Planejamento local para recuperação ambiental - sistema de canais e complexo lagunar da Baixada dos Goytacazes
	1.1.3	Planejamento local para recuperação ambiental - áreas de conflito nos rios Piagui e Pirapitingui e nos ribeirões Serragem e Guaratinguetá
	1.1.4	Subsídio ao disciplinamento mineral
	1.1.5	Estudos hidrogeológicos na área da bacia
	1.1.6	Avaliação da operação hidráulica integrada à geração de energia elétrica no sistema Paraíba do Sul/Complexo Hidrelétrico de Lajes/Rio Guandu/Canal de São Francisco
SUB COMPONENTE 1.2		AMPLIAÇÃO DA BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES
PROGRAMAS	1.2.1	Desenvolvimento do sistema de monitoramento da qualidade e quantidade de recursos hídricos
	1.2.2	Desenvolvimento de um sistema piloto de monitoramento biológico na bacia do rio Paraíba do Sul
	1.2.3	Desenvolvimento de um sistema piloto de monitoramento de erosão e assoreamento em rios e reservatórios
	1.2.4	Desenvolvimento de um sistema de acompanhamento de poluição por cargas acidentais em rios e reservatórios
	1.2.5	Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de poluição difusa
	1.2.6	Elaboração de um cadastro de resíduos sólidos industriais
SUB COMPONENTE 1.3		FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA
PROGRAMAS	1.3.1	Plano de comunicação social e tratamento da informação qualificada
	1.3.2	Programa de educação ambiental
	1.3.3	Programa de mobilização participativa
	1.3.4	Curso de capacitação técnica

COMPONENTE 2		RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL
SUB COMPONENTE 2.1		REDUÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS
PROGRAMAS	2.1.1	Coleta e tratamento de esgotos domésticos (níveis secundários)
	2.1.2	Incentivo ao tratamento de efluentes industriais
	2.1.3	Coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos
	2.1.4	Incentivo a redução e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos
SUB COMPONENTE 2.2		DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE CHEIAS
PROGRAMAS	2.2.1	Monitoramento hidrológico e sistemas de previsão de alertas de cheias
	2.2.2	Delimitação e demarcação de áreas de proteção marginal
	2.2.3	Controle de erosão
	2.2.4	Planos diretores de drenagem urbana

COMPONENTE 3		PROTEÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS
SUB COMPONENTE 3.1		APROVEITAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
PROGRAMAS	3.1.1	Melhoria dos sistemas de abastecimento de água
	3.1.2	Incentivo a programas de racionalização do uso de água em processos industriais
	3.1.3	Incentivo a programas de racionalização do uso de água na agropecuária
SUB COMPONENTE 3.2		PROTEÇÃO DE MANANCIAIS E SUSTENTABILIDADE NO USO DO SOLO
PROGRAMAS	3.2.1	Geração de mapas cartográficos e temáticos
	3.2.2	Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente
	3.2.3	Integração das unidades de conservação à proteção de recursos hídricos
	3.2.4	Capacitação e apoio para para monitoramento e controle de queimadas
	3.2.5	Incentivo a sustentabilidade no uso da terra
	3.2.6	Incentivo a produção florestal sustentada
	3.2.7	Apoio técnico e institucional para controle da erosão em áreas rurais
	3.2.8	Estudo e projeto para recuperação, transporte e disposição final de macrófitas

2.3 Caderno de Ações 3 – Área de Atuação do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna – PP (PS1)

Os cadernos de ações são parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e consideram os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do Rio Paraíba do Sul.

Para cada comitê da bacia hidrográfica foi gerado um caderno de ações específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão.

Cada caderno de ações é, desta maneira, um desdobramento do Plano de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento.

A estrutura dos cadernos segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do Plano de Recursos Hídricos do Rio Paraíba do Sul, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada unidade de gestão.

Os programas referentes às ações de melhoria quali-quantitativa da área de atuação do Preto Paraibuna são apresentados de forma resumida a seguir:

CADERNO DE AÇÕES - PRETO PARAIBUNA

A) Redução das Cargas Poluidoras

- A1) Esgotamento Sanitário
- A2) Tratamento de Efluentes Domésticos
- A3) Incentivo ao Tratamento de Efluentes Industriais
- A4) Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos
- A5) Incentivo à Redução e Disposição adequada de Resíduos Perigosos

B) Aproveitamento e Racionalização de Uso dos Recursos Hídricos

- B1) Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água
- B2) Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água em Processos Industriais
- B3) Incentivo a Programas de Racionalização de Uso da Água na Agropecuária

C) Drenagem Urbana e Controle de Cheias

- C1) Monitoramento Hidrológico e Sistemas de Pressão e Alertas de Cheias
- C2) Delimitação e Demarcação de Faixas Marginais de Proteção
- C3) Planos Diretores de Drenagem Urbana
- C4) Intervenções para Controle de Inundações

D) Planejamento de Recursos Hídricos

- D1) Planejamento Local para Recuperação Ambiental – Área de Influência da Transposição das Vazões do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Light
- D2) Planejamento Local para Recuperação Ambiental - Sistema de Canais e Complexo Lagunar da Baixada dos Goytacazes
- D3) Planejamento Local para Recuperação Ambiental – Áreas de Conflito nos Rios Piagui e Pirapitingui e nos Ribeirões da Serragem e Guaratinguetá
- D4) Subsídios ao Disciplinamento da Atividade Mineral
- D5) Estudos Hidrogeológicos na Área de Atuação do PS-1
- D6) Avaliação da Operação Hidráulica Integrada à Geração de Energia Elétrica no Sistema Paraíba do Sul/Complexo Hidrelétrico de Lajes/Rio Guandu / Canal de São Francisco

E) Projetos para Ampliação da Base de Dados e Informações

- E1) Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos
- E2) Desenvolvimento de um Sistema Piloto de Monitoramento Biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul
- E3) Desenvolvimento de um Sistema Piloto de Monitoramento de Erosão e Assoreamento em Rios e Reservatórios
- E4) Desenvolvimento de um Sistema de Acompanhamento de Poluição por Cargas Acidentais em Rios e Reservatórios
- E5) Desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento da Poluição Difusa
- E6) Elaboração de Cadastro de Resíduos Sólidos Industriais

F) Plano de Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo

- F1) Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos
- F2) Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente
- F3) Integração das Unidades de Conservação à Proteção dos Recursos Hídricos
- F4) Capacitação e Apoio para Monitoramento e Controle de Queimadas
- F5) Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra
- F6) Incentivo à Produção Florestal Sustentada
- F7) Apoio Técnico e Institucional para Controle da Erosão em Áreas Rurais
- F8) Estudo e Projeto para Recuperação, Transp. e Disposição Final de Macrófitas

G) Ferramentas de Construção da Gestão Participativa

- G1) Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação Qualificada
- G2) Programas de Educação Ambiental
- G3) Programa de Mobilização Participativa
- G4) Curso de Capacitação Técnica

2.4 Plano de Investimentos para a Região Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna

Para otimização dos recursos da cobrança no período 2015 a 2019, foram selecionados 11 programas dentre o total de 36 previstos no Caderno de Ações 3 - Área de Atuação do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna.

Do valor total previsto para arrecadação e investimento no período, 26,6% concentra-se em ações do Componente 1 - Gerenciamento de Recursos Hídricos; 30% concentra-se em ações do Componente 2 - Recuperação da Qualidade Ambiental; e 43,4% concentra-se em ações do Componente 3 - Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos.

A alocação dos recursos consolidados no período 2015 a 2019, nos 11 programas priorizados, observará a seguinte distribuição:

Programa 1.1.1 - Elaboração do novo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rios Preto e Paraibuna: o montante de R\$ 1.500.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2016;

Programa 1.2.1 - Ampliação do Cadastro de Usuários: o montante de R\$ 350.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2016;

Programa 1.3.1 - Operacionalização do CBH Preto e Paraibuna: o montante de R\$ 219.067,72 será aplicado, entre os anos de 2016 e 2019;

Programa 1.3.2 -Programas de Educação Ambiental: o montante de R\$ 250.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2017;

Programa 2.1.1 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos: o montante de R\$ 1.820.000,00 será aplicado, inicialmente, nos anos de 2017 e 2019;

Programa 2.2.1 - Recuperação e Conservação de Faixas Marginais de Proteção: o montante de R\$ 400.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2019;

Programa 2.2.2 - Intervenções para Controle de Inundações: o montante de R\$ 400.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2018;

Programa 3.1.1 - Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente: o montante de R\$ 2.790.000,00 será aplicado, inicialmente, nos anos de 2017 e 2018;

Programa 3.1.2 - Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra: o montante de R\$ 300.000,00 será aplicado, inicialmente, nos anos de 2017 e 2018;

Programa 3.1.3 - Apoio Técnico Institucional para Controle de Erosão em Áreas Rurais: o montante de R\$ 500.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2019;

Programa 3.1.4 - Estudo e Projeto para Remoção, Transporte e Disposição Final de Macrófitas: o montante de R\$ 200.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2017.

Tabela 2 – Última atualização do PPA do Preto e Paraibuna – PP

ITEM	PPA PRETO PARAIBUNA					2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
	COMPONENT	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	%							
1	GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS				26,6%						
	1.1	PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS									
		1.1.1	ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIOS PRETO E PARAIBUNA	17,2%		R\$ 1.500.000,00					R\$ 1.500.000,00
	1.2	PROJETOS PARA AMPLIAÇÃO DA BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES									
		1.2.1	AMPLIÇÃO DO CADASTRO DE USUÁRIOS	4,0%		R\$ 350.000,00					R\$ 350.000,00
	1.3	FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA									
		1.3.1	OPERACIONALIZAÇÃO DO CBH PRETO E PARAIBUNA	2,5%		R\$ 42.357,92	R\$ 58.903,27	R\$ 54.316,56	R\$ 63.489,97		R\$ 219.067,72
		1.3.2	PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2,9%			R\$ 250.000,00				R\$ 250.000,00
2	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL				30,0%						
	2.1	REDUÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS									
		2.1.1	COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS	20,8%			R\$ 900.000,00			R\$ 920.000,00	R\$ 1.820.000,00
	2.2	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE CHEIAS									
		2.2.1	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FAIXAS MARGINAIS	4,6%					R\$ 400.000,00		R\$ 400.000,00
		2.2.2	INTERVENÇÕES PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES	4,6%				R\$ 400.000,00			R\$ 400.000,00
3	PROTEÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS				43,4%						
	3.1	PROTEÇÃO DE MANANCIAIS E SUSTENTABILIDADE NO USO DO SOLO									
		3.1.1	RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	32,0%			R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.390.000,00			R\$ 2.790.000,00
		3.1.2	INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE NO USO DA TERRA	3,4%			R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00			R\$ 300.000,00
		3.1.3	APOIO TÉCNICO INSTITUCIONAL PARA CONTROLE DE EROÇÃO EM ÁREAS RURAIS	5,7%					R\$ 500.000,00		R\$ 500.000,00
		3.1.4	ESTUDO E PROJETO PARA REMOÇÃO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE MACRÓFITAS	2,3%			R\$ 200.000,00				R\$ 200.000,00
TOTAL					100%	R\$ 1.892.357,92	R\$ 2.958.903,27	R\$ 1.994.316,56	R\$ 1.883.489,97	R\$ 8.729.067,72	
PREVISÃO ANUAL DE ARRECADAÇÃO						R\$ 1.416.041,30	R\$ 1.912.172,55	R\$ 2.036.205,37	R\$ 2.036.205,37	R\$ 2.036.205,37	R\$ 9.436.829,96
CUSTEIO DA AGÊNCIA DE BACIA - ENTIDADE EQUIPARADA (7,5%)						R\$ 106.203,10	R\$ 143.412,94	R\$ 152.715,40	R\$ 152.715,40	R\$ 152.715,40	R\$ 707.762,25
PREVISÃO DE SALDO REMANESCENTE PARA INVESTIMENTOS (INCLUINDO 2,5% DO CBH)						R\$ 1.309.838,20	R\$ 1.768.759,61	R\$ 1.883.489,97	R\$ 1.883.489,97	R\$ 1.883.489,97	R\$ 8.729.067,71
PREVISÃO DE SALDO REMANESCENTE PARA INVESTIMENTOS (DESCONTADOS 2,5% DO CBH)						R\$ 1.309.838,20	R\$ 1.726.401,69	R\$ 1.824.586,70	R\$ 1.829.173,41	R\$ 1.820.000,00	R\$ 8.510.000,00

Obs: Os programas foram definidos de acordo com as prioridades elencadas no PAP do CEIVAP e no Caderno de Ações da área de Atuação do PS1.

3. INVESTIMENTOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA

Neste relatório serão apresentadas informações sobre os programas de investimentos para a Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna.

Estes programas estão previstos no Caderno de Ações 3 - Área de Atuação do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna pertencente ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

3.1 Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – Preto e Paraibuna

Durante o ano de 2017 não houve investimentos e programas desenvolvidos com recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia dos Rios Preto e Paraibuna – PP.

A falta de investimentos decorre do fato de que no final de maio de 2017 ocorreu a assinatura do primeiro termo aditivo ao contrato de gestão 001/2014 firmado entre IGAM e AGEVAP coincidindo com o início do processo eleitoral para substituição da plenária e da diretoria do Comitê.

Dessa forma houve o entendimento entre o Comitê e a Diretoria da AGEVAP, no sentido de que a aplicação dos recursos aguardasse a posse dos novos membros da Plenária e recomposição da Câmara Técnica para iniciar novas discussões para contratação dos projetos.

Em dezembro de 2017 ocorreu o encerramento do processo eleitoral, não havendo tempo hábil para a realização da contratação de projetos, apenas de ações previstas como finalísticas no programa de Operacionalização do Comitê.

3.2 Recursos de Outras Fontes - CEIVAP

Neste item será apresentado os investimentos com recursos oriundos do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP nos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e dos Rios Pomba e Muriaé (PS2) no ano de 2017.

Os projetos nas áreas de atuação dos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé – COMPÉ serão apresentados juntos.

3.2.1 Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB

Descrição

A Lei nº 11.445, de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico é atualmente o principal marco regulatório para o setor de saneamento básico no Brasil. Neste sentido, a referida Lei estabelece as diretrizes para a prestação de serviços, seus instrumentos, os mecanismos para regulação, como também as diretrizes para a participação e controle social. Dentre seus grandes desafios, figura o acesso universal ao conjunto de serviços de saneamento básico, com segurança, qualidade, equidade, continuidade, e modicidade tarifária.

A Lei Nacional de Saneamento Básico compreende um conjunto de princípios, fundamentos e diretrizes que visam orientar a atuação dos responsáveis pelos serviços públicos de saneamento básico e a prestação desses serviços à população. No exercício da titularidade, os municípios poderão delegar a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços dos quatro componentes de saneamento básico – abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de das águas pluviais urbanas. No entanto o planejamento caracteriza atribuição intransferível, devendo o Plano de Saneamento Básico ser editado pelo titular dos serviços de acordo com as diretrizes mínimas estabelecidas pela lei 11.445/2007 e pelo decreto regulamentador 7.217, de junho de 2010.

Neste sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB é o instrumento onde, considerando o diagnóstico da situação, são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os

aspectos econômicos e sociais, os aspectos técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

Identificação dos Programas

Identificação no PAP - CEIVAP	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Identificação no PPA - COMPÉ	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Identificação no PPA - Preto Paraibuna	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Municípios Contemplados e Investimentos

Na Figura 4 abaixo é apresentado mapa com os municípios pertencentes a área de atuação dos comitês mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP e dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ que foram contemplados com investimentos oriundos do CEIVAP para a elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB.

Complementando os dados do mapa, temos a Tabela 3 que apresenta uma listagem com os nomes dos municípios que tiveram seus PMSB finalizados em 2017 e o respectivo investimento destinado a eles.

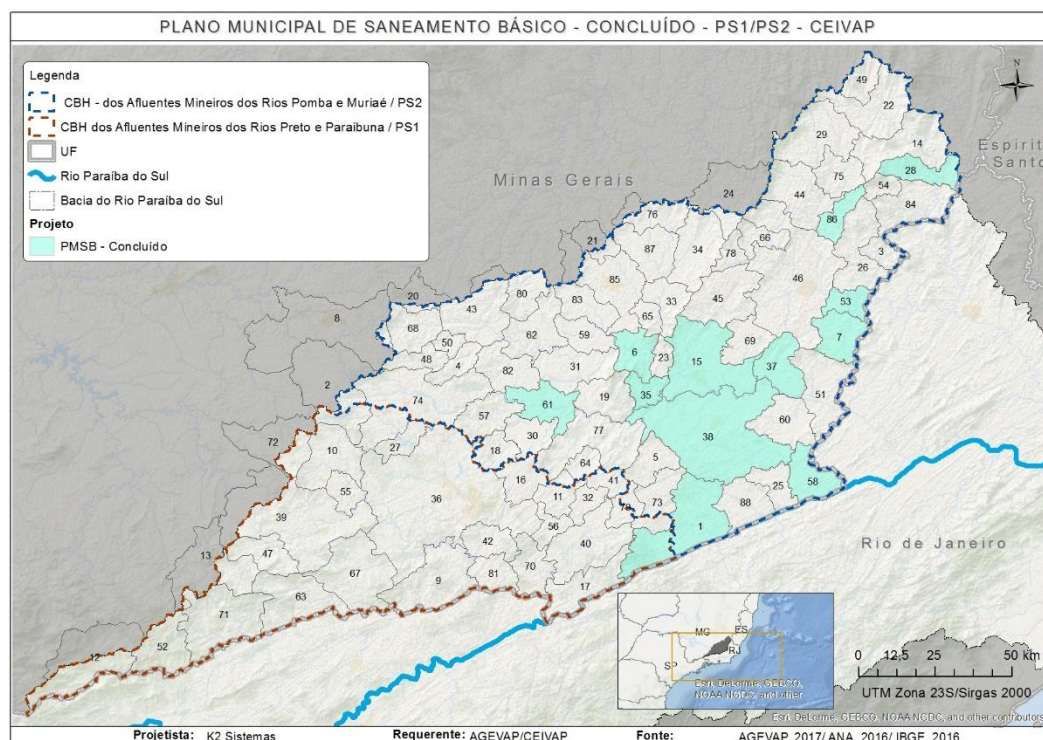


Figura 4. Municípios do COMPÉ e PP com PMSB finalizados – 2017

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Tabela 3 – Dados referentes aos PMSB dos municípios do COMPÉ e PP - 2017

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
1	ALÉM PARAÍBA	COMPÉ e PP	Concluído em 2017	
6	ASTOLFO DUTRA	COMPÉ	Concluído em 2017	
7	BARAO DE MONTE ALTO	COMPÉ	Concluído em 2017	
15	CATAGUASES	COMPÉ	Concluído em 2017	
28	FARIA LEMOS	COMPÉ	Concluído em 2017	
35	ITAMARATI DE MINAS	COMPÉ	Concluído em 2017	R\$ 2.455.448,27
37	LARANJAL	COMPÉ	Concluído em 2017	
38	LEOPOLDINA	COMPÉ	Concluído em 2017	
53	PATROCÍNIO DO MURIAÉ	COMPÉ	Concluído em 2017	
58	PIRAPETINGA	COMPÉ	Concluído em 2017	
61	RIO NOVO	COMPÉ	Concluído em 2017	
86	VIEIRAS	COMPÉ	Concluído em 2017	
Total de Investimento:				R\$ 2.455.448,27

3.2.2 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS

Descrição

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei Federal nº 12.305 de 2010, tem por objetivo principal evitar e/ou prevenir a geração de resíduos sólidos. Esta política

visa à promoção de uma cultura sustentável aumentando a reciclagem, reutilização e fins adequados aos resíduos sólidos onde a responsabilidade deste processo é atribuída desde o governo, até aos fabricantes, comerciantes e consumidores.

Com as novas definições, diretrizes e exigências introduzidas pela PNRS, os planos de resíduos sólidos foram instituídos como instrumentos de planejamento para a estruturação do setor público na gestão dos resíduos sólidos. Esse planos trazem como inovação, que o escopo de planejamento não deve tratar apenas dos resíduos sólidos urbanos (domiciliares e limpeza urbana), e sim de uma ampla variedade de resíduos sólidos, que são os descritos no art. 13 da Lei: domiciliares; de limpeza urbana; de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; dos serviços públicos de saneamento; industriais; de serviços de saúde; da construção civil; agrossilvopastoris; de serviços de transportes e de mineração.

Os planos de resíduos sólidos devem abranger o ciclo que se inicia desde a geração do resíduo, com a identificação do ente gerador, até a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, passando pela responsabilização do setor público, titular ou concessionário, do consumidor, do cidadão e do setor privado na adoção de soluções que minimizem ou ponham fim aos efeitos negativos para a saúde pública e para o meio ambiente em cada fase do “ciclo de vida” dos produtos.

O conteúdo mínimo dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está previsto no art. 19, incisos I a XIX, da PNRS.

Identificação dos Programas

Identificação no PAP - CEIVAP	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.2 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

Identificação no PPA - COMPÉ	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.2 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

Identificação no PPA - Preto Paraibuna	
Não hierarquizado no PPA do Preto Paraibuna	

Municípios Contemplados e Investimentos

Na Figura 5 abaixo é apresentado mapa com os municípios pertencentes a área de atuação dos comitês mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ e dos Rios Preto e Paraibuna – PP que foram contemplados com investimentos oriundos do CEIVAP para a elaboração de seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Os referidos planos encontram-se em andamento.

Complementando os dados do mapa, temos a Tabela 4 que apresenta uma listagem com os nomes dos municípios com PMGIRS em fase de elaboração durante o ano de 2017 e o respectivo investimento destinado a cada um deles.



Figura 5. Municípios do COMPÉ e PP com PMGIRS em andamento – 2017

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Tabela 4 – Dados referentes aos PMGIRS dos municípios do COMPÉ e PP - 2017

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
5	ARGIRITA	COMPÉ	Em andamento	R\$ 134.900,82
13	BOM JARDIM DE MINAS	PP	Em andamento	R\$ 68.307,37
15	CATAGUASES	COMPÉ	Em andamento	R\$ 342.797,18
21	DIVINÉSIA	COMPÉ	Em andamento	R\$ 79.840,99
26	EUGENÓPOLIS	COMPÉ	Em andamento	R\$ 71.692,11
27	EWBANK DA CAMARA	PP	Em andamento	R\$ 139.648,31
30	GOIANÁ	COMPÉ	Em andamento	R\$ 69.824,16
32	GUARARA	PP	Em andamento	R\$ 95.378,87

36	JUIZ DE FORA	PP	Em andamento	R\$ 776.292,51
41	MARIPÁ DE MINAS	PP	Em andamento	R\$ 110.000,00
43	MERCÊS	COMPÉ	Em andamento	R\$ 79.840,99
51	PALMA	COMPÉ	Em andamento	R\$ 99.908,01
56	PEQUERI	PP	Em andamento	R\$ 133.539,83
60	RECREIO	COMPÉ	Em andamento	R\$ 145.703,01
61	RIO NOVO	COMPÉ	Em andamento	R\$ 79.840,99
75	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	COMPÉ	Em andamento	R\$ 134.900,82
82	TABULEIRO	COMPÉ	Em andamento	R\$ 65.500,00
83	TOCANTINS	COMPÉ	Em andamento	R\$ 64.109,32
Total de Investimento:				R\$ 2.692.025,29

Além dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS que estão em andamento durante o ano de 2017, há também os municípios que se encontram em fase de contratação para iniciar a elaboração de seus planos.

Na Figura 6 abaixo, estão destacados no mapa tais municípios e na Tabela 5 é apresentada a listagem com seus nomes e respectivos investimentos oriundos do CEIVAP destinados a cada um deles

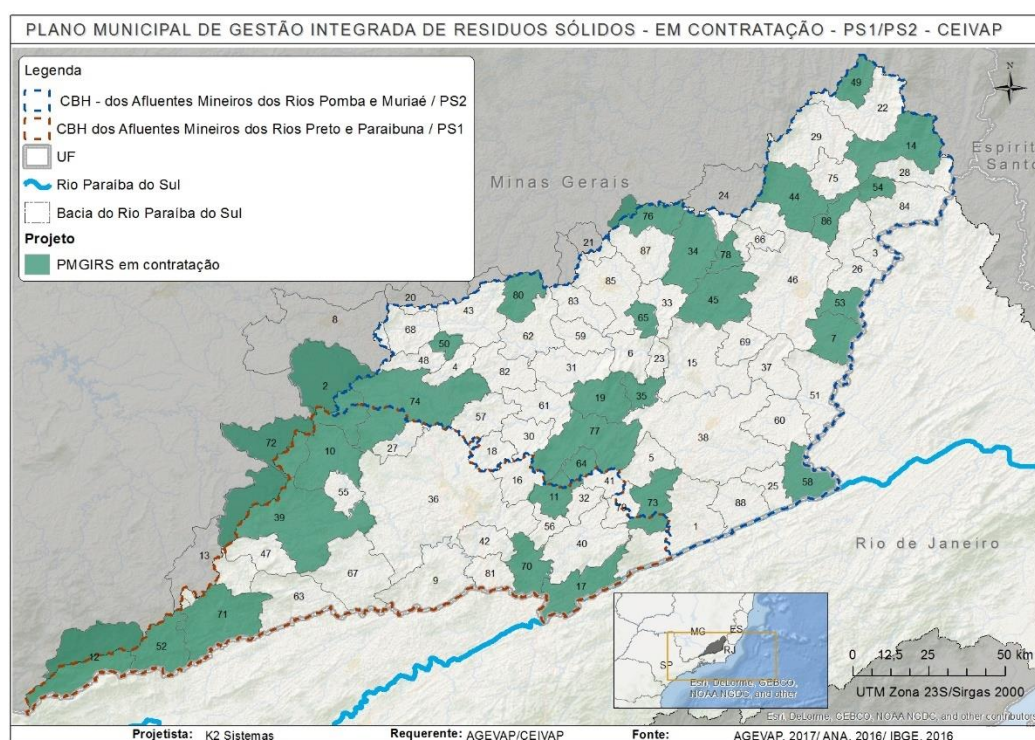


Figura 6. Municípios do COMPÉ e PP com PMGIRS em fase de contratação – 2017

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Tabela 5 – Dados referentes aos PMGIRS dos municípios do COMPÉ e PP em fase de contratação

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
2	ANTÔNIO CARLOS	COMPÉ e PP	Em Contratação	R\$153.765,39
7	BARAO DE MONTE ALTO	COMPÉ	Em Contratação	R\$152.039,14
10	BIAS FORTES	PP	Em Contratação	R\$153.765,39
11	BICAS	COMPÉ e PP	Em Contratação	R\$153.765,39
12	BOCAINA DE MINAS	PP	Em Contratação	R\$152.039,14
14	CARANGOLA	COMPÉ	Em Contratação	R\$206.340,41
17	CHIADOR	PP	Em Contratação	R\$153.765,39
19	DESCOBERTO	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
34	GUIRICEMA	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
35	ITAMARATI DE MINAS	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
39	LIMA DUARTE	PP	Em Contratação	R\$153.765,39
44	MIRADOURO	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
45	MIRAÍ	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
49	ORIZÂNIA	COMPÉ	Em Contratação	R\$152.039,14
50	PAIVA	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
52	PASSA-VINTE	PP	Em Contratação	R\$153.765,39
53	PATROCÍNIO DO MURIAÉ	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
54	PEDRA DOURADA	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
58	PIRAPETINGA	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
64	ROCHEDO DE MINAS	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
65	RODEIRO	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
70	SANTANA DO DESERTO	PP	Em Contratação	R\$152.039,14
71	SANTA RITA DE JACUTINGA	PP	Em Contratação	R\$153.765,39
72	SANTA RITA DE IBITIPOCA	PP	Em Contratação	R\$153.765,39
73	SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO	COMPÉ e PP	Em Contratação	R\$153.765,39
74	SANTOS DUMONT	COMPÉ e PP	Em Contratação	R\$214.009,44
76	SÃO GERALDO	COMPÉ	Em Contratação	R\$152.039,14
77	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	COMPÉ	Em Contratação	R\$206.340,41
78	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
80	SILVEIRÂNIA	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
86	VIEIRAS	COMPÉ	Em Contratação	R\$153.765,39
Total de Investimento:				R\$4.923.489,93

3.2.3 Finalização do Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira

Descrição

A Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira - APASM, unidade de conservação federal de uso sustentável, criada em 03 de junho de 1985 pelo Decreto Federal nº 91.304/85, possui aproximadamente 422.000 hectares, abrangendo 30 municípios dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

A Serra da Mantiqueira possui protocolos legais de conservação no âmbito internacional, fazendo parte da Reserva da Biosfera, no âmbito federal compõe o Mosaico de unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira (Portaria nº. 351/2006 do Ministério do Meio Ambiente) e pelo estado de Minas Gerais também compõe o Corredor Ecológico da Serra da Mantiqueira.

Apesar de todas as potencialidades, evidencia-se que, nos limites da unidade de conservação da APASM existem impactos em diferentes níveis e de acordo com as especificidades locais.

O Plano de Manejo da APASM vem sendo elaborado em etapas. Inicialmente foi realizado em 2011 o levantamento de dados secundários, através do Termo de Referência TR133708 - projeto PNUD/BRA/08/023. Mais recentemente, ao longo de 2013, foi realizado o Levantamento Socioeconômico e histórico cultural da APASM, que contou com recursos da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, através da Tomada de Preços 02/2012 / ICMBio. Essa última etapa possibilitou uma maior aproximação e integração da APASM com as comunidades rurais e outras instituições que ainda se faziam pouco presentes.

Além disso, é necessário consolidar as informações obtidas através de dados secundários sobre os meios físico e biótico, afim de ser possível uma análise integrada para planejamento da UC – Unidade de Conservação.

O Plano de Manejo da Serra da Mantiqueira tem como o principal enfoque o zoneamento e as ações para conservação, adequação e recuperação dos recursos hídricos, notadamente àquelas as quais o corpo técnico da APASM não possui atribuições e ferramentas à sua consecução

Identificação dos Programas

Identificação no PAP – CEIVAP	
Componente	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos
Subcomponente	3.2 Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo
Programa	3.2.1. Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos

Identificação no PPA – Preto Paraibuna	
Componente	3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos
Não hierarquizado no PPA do Preto Paraibuna	

Municípios Contemplados e Investimentos

Na Figura 7 abaixo é apresentado mapa com os municípios pertencentes a área de atuação do comitê mineiro dos Rios Preto e Paraibuna – PP que foram contemplados

com investimentos oriundos do CEIVAP para a finalização do Plano de Manejo da Serra da Mantiqueira.

Complementando os dados do mapa, temos a Tabela 6 que apresenta a listagem com os nomes dos municípios com o projeto em andamento durante o ano de 2017 e o respectivo investimento destinado a cada um deles.



Figura 7. Municípios do PP com o Plano de Manejo da Serra Mantiqueira em andamento – 2017

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Tabela 6 – Dados referentes ao Plano de Manejo da Serra da Mantiqueira dos municípios do PP em andamento – 2017

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
12	BOCAINA DE MINAS	PP	Em andamento	
52	PASSA VINTE	PP	Em andamento	R\$ 429.897,67
71	SANTA RITA DO JACUTINGA	PP	Em andamento	
Total de Investimento:				R\$ 429.897,67

3.2.4 PROTRATAR

Descrição

O PROTRATAR – Programa de Tratamento de Águas Residuárias do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP tem como objeto o aporte de recursos para implantação, implementação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios localizados na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Os sistemas de esgotamento sanitário compreendem desde a rede coletora, estações elevatórias, linha de recalque, coletores-tronco, interceptores, emissários e estações de tratamento.

São aptos a participar do Programa PROTRATAR os municípios nos quais a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário é municipal, sejam realizados pela administração direta (departamentos e secretarias) ou pela administração indireta (autarquia ou empresa pública).

Os objetivos do programa são reduzir os níveis de poluição hídrica observados na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e atender às metas do Plano de Recursos Hídricos da bacia.

Identificação dos Programas

Identificação no PAP - CEIVAP	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Identificação no PPA - COMPÉ	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Identificação no PPA - Preto Paraibuna	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Municípios Contemplados e Investimentos

Na Figura 8 é apresentado mapa com os municípios pertencentes a área de atuação dos comitês mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ e dos Rios Preto e Paraibuna – PP que foram contemplados com a participação no PROTRATAR com investimentos oriundos do CEIVAP.

Complementando os dados do mapa, temos a Tabela 7 que apresenta a listagem com o nome dos municípios selecionados e o respectivo investimento destinado a cada um deles. Os programas encontram-se em fase de contratação.

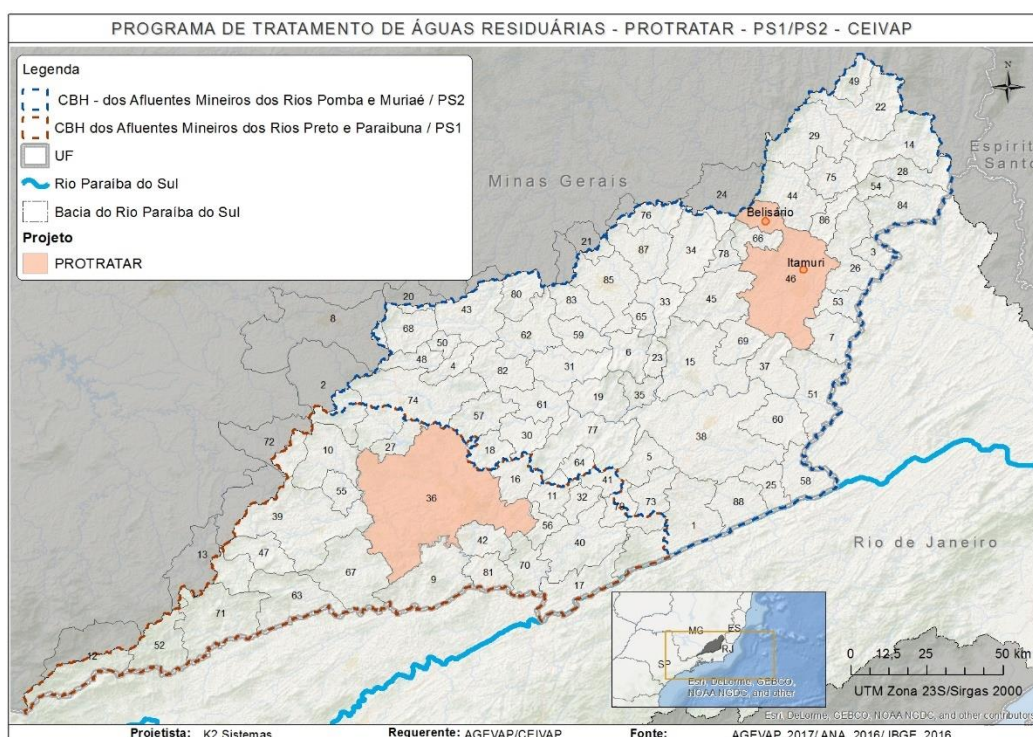


Figura 8. Municípios do COMPÉ e PP selecionados pelo PROTRATAR

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Tabela 7 – Dados referentes aos municípios do COMPÉ e do PP selecionados pelo PROTRATAR – 2017

Número no Mapa	Município	Comitê	Projeto	Status do Projeto	Investimento
36	JUIZ DE FORA	PP	Construção de Coletor Tronco e Rede Coletora	Em contratação	R\$ 2.546.115,20
46	MURIAÉ	COMPÉ	Sistema de Esgotamento Sanitário - SES	Em contratação	R\$ 1.622.352,59
Total de Investimento:					R\$ 4.168.467,79

3.3 Histórico de Investimentos com Recursos de Outras Fontes - CEIVAP

Neste item será apresentado um histórico de investimentos dos recursos oriundos do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP nos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e dos Rios Pomba e Muriaé (PS2).

Os projetos nas áreas de atuação dos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé – COMPÉ serão apresentados juntos.

3.3.1 Programas Relacionados ao Saneamento Básico

Descrição

Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo fomentando a atividade econômica.

No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Um dos princípios da Lei nº. 11.445/2007 é a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos tenham acesso ao abastecimento de água de qualidade e em quantidade suficientes às suas necessidades e à coleta e tratamento adequado.

Em atendimento às legislações vigentes relacionadas ao saneamento básico e aos programas definidos e priorizados nos PPA dos Comitês Mineiros, será apresentado neste item projetos finalizados entre os anos de 2013 e 2015 nos municípios pertencentes a área de atuação dos Comitês COMPÉ e PP.

Os programas foram desenvolvidos com recursos provenientes do CEIVAP e acompanhados e realizados pela AGEVAP.

Identificação dos Programas

Identificação no PAP - CEIVAP	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Identificação no PPA - COMPÉ	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Identificação no PPA - Preto Paraibuna	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Na Figura 9 é apresentado mapa com os municípios pertencentes a área de atuação dos comitês mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ e dos Rios Preto e Paraibuna – PP que tiveram seus Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB, Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES e/ou Projetos de Estação de Tratamento de Esgoto finalizados.

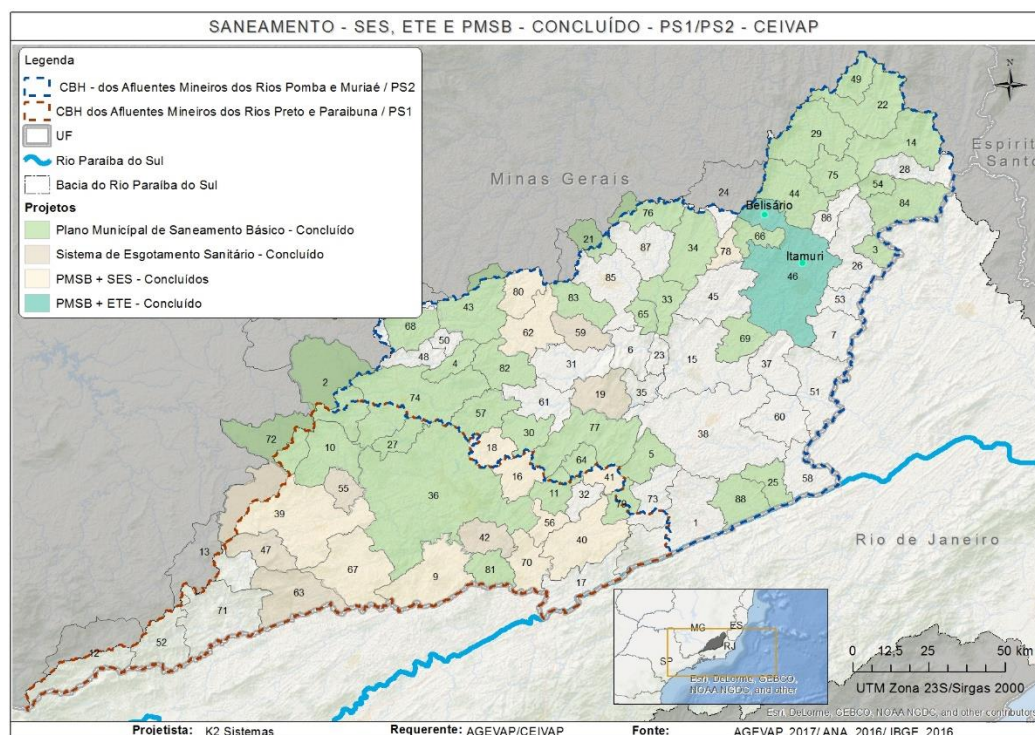


Figura 9. Municípios do COMPÉ e PP com projetos finalizados entre 2013 e 2015

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB

Complementando os dados da Figura 9, temos a Tabela 9 que apresenta a listagem com o nome dos municípios que tiveram seus Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB finalizados entre os anos de 2013 e 2015 e o respectivo investimento destinado a cada um deles.

Tabela 8 – Dados referentes aos PMSB dos municípios do COMPÉ e PP entre 2013 e 2015

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
3	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	COMPÉ	Concluído	R\$ 2.078.131,17
4	ARACITABA	COMPÉ	Concluído	
5	ARGIRITA	COMPÉ	Concluído	
16	CHÁCARA	COMPÉ e PP	Concluído	
18	CORONEL PACHECO	COMPÉ	Concluído	
25	ESTRELA DALVA	COMPÉ	Concluído	
33	GUIDOVAL	COMPÉ	Concluído	
39	LIMA DUARTE	PP	Concluído	
40	MAR DE ESPANHA	PP	Concluído	
43	MERCÊS	COMPÉ	Concluído	
56	PEQUERI	PP	Concluído	
57	PIAU	COMPÉ	Concluído	
64	ROCHEDO DE MINAS	COMPÉ	Concluído	
66	ROSÁRIO DA LIMEIRA	COMPÉ	Concluído	
67	SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE	PP	Concluído	
68	SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO	COMPÉ	Concluído	
69	SANTANA DE CATAGUASES	COMPÉ	Concluído	
70	SANTANA DO DESERTO	PP	Concluído	

75	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	COMPÉ	Concluído	
78	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	COMPÉ	Concluído	
79	SENADOR CORTES	COMPÉ e PP	Concluído	
80	SILVEIRÂNIA	COMPÉ	Concluído	
88	VOLTA GRANDE	COMPÉ	Concluído	
46	MURIAÉ	COMPÉ	Concluído	R\$ 379.500,00
41	MARIPÁ DE MINAS	PP	Concluído	R\$ 78.804,50
62	RIO POMBA	COMPÉ	Concluído	R\$ 241.710,00
2	ANTÔNIO CARLOS	COMPÉ e PP	Concluído	
10	BIAS FORTES	PP	Concluído	
11	BICAS	COMPÉ e PP	Concluído	
27	EWBANK DA CAMARA	PP	Concluído	
30	GOIANÁ	COMPÉ	Concluído	R\$ 1.845.996,39
72	SANTA RITA DE IBITIPOCA	PP	Concluído	
74	SANTOS DUMONT	COMPÉ e PP	Concluído	
77	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	COMPÉ	Concluído	
82	TABULEIRO	COMPÉ	Concluído	
36	JUIZ DE FORA	PP	Concluído	R\$ 342.200,00
81	SIMÃO PEREIRA	PP	Concluído	R\$ 71.971,00
9	BELMIRO BRAGA	PP	Concluído	R\$ 52.646,36
14	CARANGOLA	COMPÉ	Concluído	
21	DIVINÉSIA	COMPÉ	Concluído	
22	DIVINO	COMPÉ	Concluído	
34	GUIRICEMA	COMPÉ	Concluído	
44	MIRADOURO	COMPÉ	Concluído	
49	ORIZÂNIA	COMPÉ	Concluído	R\$ 2.239.053,10
54	PEDRA DOURADA	COMPÉ	Concluído	
65	RODEIRO	COMPÉ	Concluído	
76	SÃO GERALDO	COMPÉ	Concluído	
83	TOCANTINS	COMPÉ	Concluído	
84	TOMBOS	COMPÉ	Concluído	
Total de Investimentos:				R\$7.330.012,52

Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário - SES

Complementando os dados da Figura 9, temos a Tabela 9 que apresenta a listagem com o nome dos municípios que tiveram seus Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES implementados e finalizados entre os anos de 2013 e 2015 e o respectivo investimento destinado a cada um deles.

Tabela 9 – Dados referentes aos projetos de SES dos municípios do COMPÉ e PP entre 2013 e 2015

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
9	BELMIRO BRAGA	PP	Concluído	R\$ 81.633,38
16	CHÁCARA	COMPÉ e PP	Concluído	R\$ 15.400,00
18	CORONEL PACHECO	COMPÉ	Concluído	R\$ 72.452,21
19	DESCOBERTO	COMPÉ	Concluído	R\$ 40.101,34
39	LIMA DUARTE	PP	Concluído	R\$ 123.907,20
40	MAR DE ESPANHA	PP	Concluído	R\$ 24.403,07
41	MARIPÁ DE MINAS	PP	Concluído	R\$ 65.774,62
42	MATIAS BARBOSA	PP	Concluído	R\$ 35.176,26
47	OLARIA	PP	Concluído	R\$ 52.368,26
55	PEDRO TEXEIRA	PP	Concluído	R\$ 30.483,59
57	PIAU	COMPÉ	Concluído	R\$ 40.476,77
59	PIRAÚBA	COMPÉ	Concluído	R\$ 72.100,12
62	RIO POMBA	COMPÉ	Concluído	R\$ 97.594,62
63	RIO PRETO	PP	Concluído	R\$ 49.119,54
67	SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE	PP	Concluído	R\$ 77.704,26
70	SANTANA DO DESERTO	PP	Concluído	R\$ 43.741,93
79	SENADOR CORTES	COMPÉ e PP		R\$ 30.665,23

81	SIMÃO PEREIRA	PP	R\$ 27.417,12
Total de Investimentos:			R\$ 980.519,52

Projeto de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE

Complementando os dados da Figura 9, temos a Tabela 10 que apresenta o investimento destinado ao projeto de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE nos Distritos de Belisário, Boa Família, Bom Jesus e Itamuri do município de Muriaé finalizados no ano de 2013.

Tabela 10 – Dados referentes ao projeto de ETE do município de Muriaé (COMPÉ) – 2013

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
46	MURIAÉ	COMPÉ	Concluído	R\$ 99.883,49
Total de Investimentos:				R\$ 99.883,49

3.3.2 Programas Relacionados a Gestão dos Resíduos Sólidos

Descrição

O controle e a destinação inadequados dos resíduos sólidos podem causar inúmeros impactos socioambientais negativos, tais como a degradação e contaminação do solo, poluição da água, proliferação de vetores, potencialização dos efeitos de enchentes nos centros urbanos, entre outros.

Diante desses potenciais prejuízos, é fundamental definir e implementar políticas públicas adequadas com vistas a garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos.

Nesse contexto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, instituiu um novo marco regulatório para a gestão dos resíduos no país que reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes e metas como a eliminação dos lixões e a elaboração dos Planos de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos por parte do poder público e privado.

Em atendimento as legislações vigentes relacionadas à gestão dos resíduos sólidos e aos programas definidos e priorizados nos PPA dos Comitês Mineiros, serão apresentados neste item projetos finalizados entre os anos de 2014 e 2015 nos municípios pertencentes a área de atuação dos Comitês COMPÉ e PP.

Os programas foram desenvolvidos com recursos provenientes do CEIVAP e acompanhados e realizados pela AGEVAP.

Identificação dos Programas

Identificação no PAP - CEIVAP	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.2 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

Identificação no PPA - COMPÉ	
Componente	2. Recuperação da Qualidade Ambiental
Subcomponente	2.1 Redução de Cargas Poluidoras
Programa	2.1.2 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos

Identificação no PPA - Preto Paraibuna	
Não hierarquizado no PPA do Preto Paraibuna	

Na Figura 10 é apresentado mapa com os municípios pertencentes a área de atuação dos comitês mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ e dos Rios Preto e Paraibuna – PP que tiveram seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, Projetos de Unidade de Triagem e Compostagem – UTC ou Projetos de Aterro Sanitário finalizados.

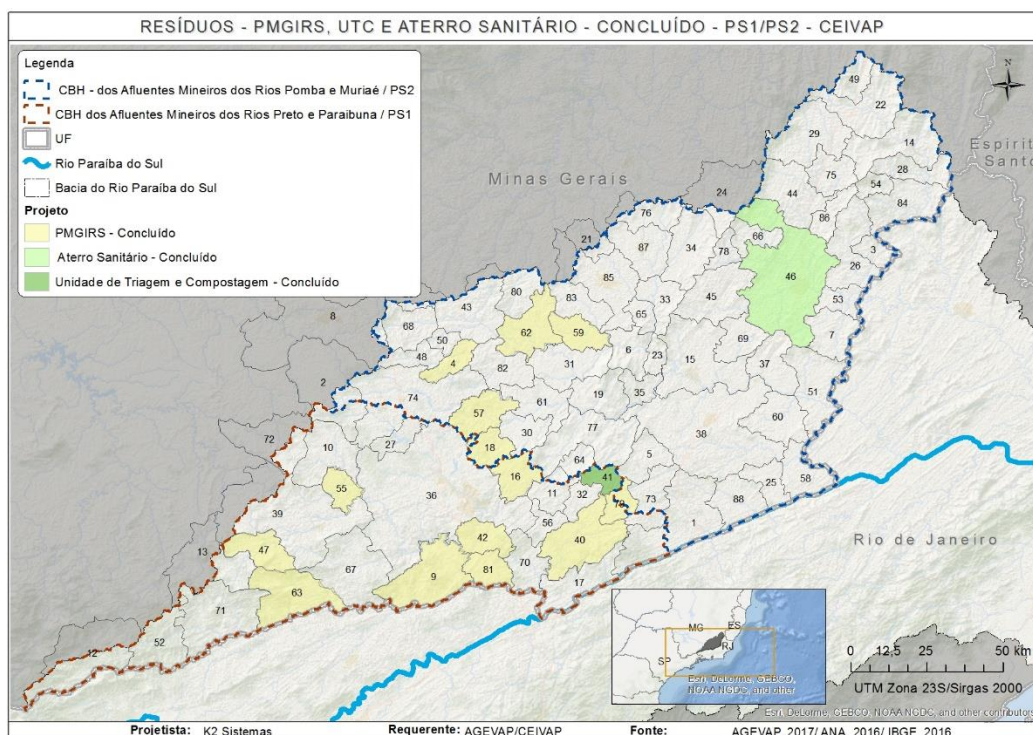


Figura 10. Municípios do COMPÉ e PP com projetos finalizados entre 2014 e 2015

Fonte: AGEVAP, 2017 / ANA, 2016 / IBGE, 2016

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS

Complementando os dados da Figura 10, temos a Tabela 11 que apresenta a listagem com o nome dos municípios que tiveram seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS finalizados no ano de 2015 e o respectivo investimento destinado a eles.

Tabela 11 – Dados referentes aos PMGIRS dos municípios do COMPÉ e PP no ano de 2015

Número no Mapa	Município	Comitê	Status do Projeto	Investimento
4	ARACITABA	COMPÉ	Concluído	R\$652.010,00
9	BELMIRO BRAGA	PP	Concluído	
16	CHÁCARA	COMPÉ e PP	Concluído	
18	CORONEL PACHECO	COMPÉ	Concluído	
40	MAR DE ESPANHA	PP	Concluído	
42	MATIAS BARBOSA	PP	Concluído	
47	OLARIA	PP	Concluído	
55	PEDRO TEXEIRA	PP	Concluído	
57	PIAU	COMPÉ	Concluído	
59	PIRAÚBA	COMPÉ	Concluído	
62	RIO POMBA	COMPÉ	Concluído	
63	RIO PRETO	PP	Concluído	
79	SENADOR CORTES	COMPÉ e PP	Concluído	
81	SIMÃO PEREIRA	PP	Concluído	
Total de Investimento:				R\$652.010,00

Ampliação e Modernização de Unidade de Triagem e Compostagem – UTC

Complementando os dados da Figura 9, temos a Tabela 12 que apresenta o investimento destinado ao projeto de ampliação e modernização de Unidade de Triagem e Compostagem – UTC no município de Maripá de Minas finalizado no ano de 2014.

Tabela 12 – Dados referentes à UTC do município de Maripá de Minas (PP) no ano de 2014

Número no Mapa	Município	Comitê	Projeto	Status do Projeto	Investimento
41	MARIPÁ DE MINAS	PP	UTC	Concluído	R\$144.974,45
Total de Investimento:					R\$144.974,45

Implantação de Aterro Sanitário

Complementando os dados da Figura 9, temos a Tabela 13 que apresenta o investimento destinado à implantação de Aterro Sanitário no município de Muriaé finalizado no ano de 2014.

Tabela 13 – Dados referentes à implantação de Aterro Sanitário no município de Muriaé (COMPÉ) no ano de 2014

Número no Mapa	Município	Comitê	Projeto	Status do Projeto	Investimento
46	MURIAÉ	COMPÉ	Aterro Sanitário	Concluído	R\$1.122.848,10
Total de Investimento:					R\$1.122.848,10

3.4 Outros Investimentos

Neste item será apresentado um histórico de investimentos dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União - OGU nos municípios pertencentes aos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e dos Rios Pomba e Muriaé (PS2).

Os projetos nas áreas de atuação dos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna e dos Rios Pomba e Muriaé - COMPÉ serão apresentados juntos na Tabela 14 a seguir.

Tabela 14 – Histórico de Investimentos dos Recursos Oriundos do Orçamento Geral da União – OGU nos municípios do PP e do COMPÉ

Município	Projeto	Região Hidrográfica	Assinatura do Contrato	Situação	Investimento - OGU
MURIAÉ	Implantação de Interceptadores e Estação de Tratamento de Esgotos nos Bairros: Centro, Barra e Dornelas	COMPÉ	31/12/2007	Concluído	R\$ 9.896.345,41

BARBACENA	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, Rede Coletora e Interceptores de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	COMPÉ	31/10/2011	Em andamento	R\$ 7.753.805,62
MURIAÉ	Implantação da 2ª etapa da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Principal	COMPÉ	25/11/2011	Paralisada	R\$ 5.579.583,36
LEOPOLDINA	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, Interceptores da Rede Coletora, Elevatórias e Ligações Domiciliares	COMPÉ	28/10/2011	Paralisada	R\$ 3.629.546,40
MURIAÉ	Implantação de Canalização Aberta de Microdrenagem e 44 Unidades de Reassentamento	COMPÉ	25/11/2011	Paralisada	R\$ 39.818.766,56
UBÁ	Estudo de Concepção e Projetos de Engenharia de Manejo das Águas Pluviais	COMPÉ	31/10/2011	Paralisada	R\$ 1.000.000,00
JUIZ DE FORA	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES	PP	27/09/2013	Em andamento	R\$ 62.229.383,00
MURIAÉ	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES	COMPÉ	28/12/2015	Não iniciada	R\$ 26.988.218,15
LEOPOLDINA	Implantação da 2ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES da Sede Municipal	COMPÉ	17/09/2014	Não iniciada	R\$ 16.944.412,00
JUIZ DE FORA	Elaboração de Projetos de Engenharia para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA	PP	17/09/2014	Em andamento	R\$ 1.180.466,82
BARBACENA	Elaboração de Projetos de Engenharia para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA	COMPÉ	17/09/2014	Em andamento	R\$ 1.036.655,51
MURIAÉ	Elaboração de Projetos de Engenharia para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA	COMPÉ	28/12/2007	Não iniciada	R\$ 1.233.387,89
BARBACENA	Elaboração de Projetos de Engenharia para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES	COMPÉ	17/09/2014	Em andamento	R\$ 1.403.670,66
JUIZ DE FORA	Recuperação Ambiental do Rio Paraíba, através da ampliação do Sistema de Tratamento de Esgotos Sanitários	PP	30/06/2016	Em andamento	R\$ 80.103.747,82
JUIZ DE FORA	Ampliação do Sistema de Produção de Água com ampliação da Estação de Tratamento de Água - ETA Dr. Walfrido Machado Mendonça	PP	28/12/2007	Paralisada	R\$ 7.880.309,05
PATROCÍNIO DO MURIAÉ	Rede de Águas Pluviais	COMPÉ	08/12/2017	Em fase de Estudo de Contrato	R\$ 296.000,00
Total de Investimentos:					R\$ 296.974.298,25

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano de 2017 através de um retrospecto, percebe-se que apesar dos esforços da AGEVAP, dos Comitês Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna – PP, dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ e dos Órgãos Gestores, não tivemos projetos financiados com recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas do PP e COMPÉ.

Tal fato ocorreu devido às questões relacionada à demora na assinatura dos Termos Aditivos aos Contratos de Gestão, e com o início dos Processos Eleitorais dos Comitês, acompanhado dos processos de aprovação dos novos Regimentos Internos.

Sendo assim, foi determinado pelas Diretorias dos Comitês que a AGEVAP aguardasse a conclusão do processo para que os novos conselheiros fossem empossados antes da realização de qualquer investimento, tendo em vista que, com os novos componentes, seriam formadas novas câmaras técnicas para discutir os investimentos na bacia.

Porém, houve investimentos oriundos dos recursos federais provenientes do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP. Nas regiões hidrográficas do Preto e Paraibuna e do COMPÉ durante o ano de 2017, tivemos:

- 12 Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB finalizados;
- 18 Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS em andamento e com previsão de finalização para 2018;
- 31 Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS em fase de contratação;
- Plano de Manejo da Área de Preservação da Serra da Mantiqueira em andamento e com previsão de finalização em 2018;
- 2 Projetos contemplados pelo Programa de Tratamento de Águas Residuárias – PROTRATAR em andamento.

Os valores de recursos investidos em cada um dos projetos podem ser vistos na Tabela 15.

Além dos projetos finalizados ou em andamento durante o ano de 2017, vale destacar os investimentos do CEIVAP ao longo dos últimos anos nos Comitês Mineiros. Os valores de recursos investidos em cada um deles podem ser vistos na Tabela 16.

Tabela 15 – Recursos CEIVAP investidos nos Comitês Mineiros - 2017

COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	SITUAÇÃO	INVESTIMENTO - CEIVAP
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	COMPÉ e PP	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	Concluídos em 2017	R\$2.455.448,27
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	COMPÉ e PP	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Em andamento	R\$2.692.025,29
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	COMPÉ e PP	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Em contratação	R\$4.923.489,93
3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos	3.2. Proteção de mananciais e sustentabilidade no uso do solo	3.2.1. Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos	PP	Finalização do Plano de Manejo da Serra da Mantiqueira	Em andamento	R\$429.897,67
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	COMPÉ e PP	PROTRATAR	Em contratação	R\$4.168.467,79
TOTAL DE INVESTIMENTOS:						R\$14.669.328,95

Tabela 16 – Recursos CEIVAP investidos nos Comitês Mineiros – Histórico de Investimentos

COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	REGIÃO HIDROGRÁFICA	PROJETO	SITUAÇÃO	INVESTIMENTO - CEIVAP
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1. Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	COMPÉ e PP	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	Concluídos entre 2013 e 2015	R\$ 7.330.012,52
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	COMPÉ e PP	Projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário	Concluídos entre 2013 e 2015	R\$ 980.512,52
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.1 Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos	COMPÉ	Construção ETE	Concluídos em 2013	R\$ 99.883,49
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	COMPÉ e PP	Elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Concluídos em 2014	R\$ 652.010,00
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	PP	Ampliação e Modernização da UTC	Concluídos em 2014	R\$ 144.974,45
2. Recuperação da Qualidade Ambiental	2.1 Redução de cargas poluidoras	2.1.3 Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos	COMPÉ	Projeto ETE nos Distritos Belisário, Boa Família, Bom Jesus e Itamuri	Concluídos em 2014	R\$ 1.122.848,10
TOTAL DE INVESTIMENTOS:						R\$ 10.330.241,08